

IX ENCUENTRO CORREDOR DE LAS IDEAS
PONENCIA

TITULO: Amazônia: Razão Crítica e Sustentabilidade
MESA 2: Pensamiento Alternativo y actores emergentes

DATOS PARTICULARES:

Autor: CUNHA, Humberto Rocha

AMAZÔNIA: RAZÃO CRÍTICA E SUSTENTABILIDADE

Humberto Cunha

A sustentabilidade da Amazônia tem condicionantes naturais e humanos. Esta comunicação se debruça sobre estes últimos, em especial sobre alguns aspectos das formas de pensamento que podem alavancar o desenvolvimento sustentável na região.

A historicidade humana, na definição de Ernani Maria Fiori (1991), é a possibilidade que se constrói no espaço situado entre a natureza que nos produz e condiciona e o sonho postulado pela liberdade. Há, nesta postulação, uma ação histórico-consciente, o compartilhamento de projetos que ultrapassam a simples interlocução do cotidiano embasado no “*adiantamento de validez*” (Habermas, 2002: 89) emanado do mundo da vida.

A ação histórico-consciente, ação dos sujeitos da transformação da sociedade, é possível pela transcendência do horizonte, pela utopia, que Jörn Rüsen entende como a consciência baseada num “*superavit de carência com respeito aos meios dados de sua satisfação*” (Rüsen, 2007: 138). A função da utopia é negar as circunstâncias atuais da vida e projetar circunstâncias desejáveis no futuro.

Roland Corbisier (1975) aponta a colonização (portuguesa) como indutora da alienação do colonizado (brasileiro). Este se nega como realidade em si e não se propõe para si, não constrói sua utopia. Assimila as

maneiras, os valores, os hábitos do colonizador, suas formas de vida pessoal e social. A subsunção do ser do colonizado no ser do colonizador o produz como não-ser: o aglomerado popular não é, ainda, nação, pois esta só existe *“na medida em que é uma unidade ética, uma unidade espiritual”* (Corbisier, 1978: 138). A dominação estabelece uma dialética específica, um consenso axiológico em que o dominado aceita os termos do dominante, imerge em alienação de si e se assume como consciência do outro.

Situações de dominação geram processos de ocultamento dos sujeitos na sociedade, tendo como corolário o desperdício da riqueza social constituída da vasta experiência acumulada pelas comunidades ao longo do mundo e que a tradição científica e filosófica ocidental desconhece ou considera sem importância. Esta ausência social dos sujeitos, em Boaventura de Sousa Santos (2004), decorre da era da razão indolente, na qual estamos imersos há duzentos anos. A razão da modernidade é indolente pela não operosidade suficiente para trabalhar com a multiplicidade da vivência humana, desperdiçando a polifonia da experiência, focando-a de modo a reduzi-la à monofonia da razão dominante.

A colonização da Amazônia, primeiro comandada do Exterior, depois interna, produziu o ocultamento dos seus sujeitos, a ausência social. Como consequência, as políticas sociais atendem pouco às necessidades populares e as políticas culturais e educacionais também atendem pouco ao imaginário social, à medida que afirmam a ideologia dominante, originária da cultura branca da Península Ibérica.

O desperdício da experiência pode ser constatado fortemente no pouco aproveitamento da experiência dos povos pré-cabralinos e negros

para a construção da nossa matriz econômica, industrial, educacional, cultural, farmacológica, culinária, entre outros exemplos que se poderia citar. Se isto se pode constatar no cenário nacional, mais fortemente pode ser percebido na Amazônia.

A formação do pensamento nacional brasileiro se dá, basicamente, a partir do final da Segunda Guerra. Em que pese alguns ensaios impressionistas anteriores, a progressiva superação da alienação intelectual, a compreensão de que não faz sentido levar uma existência de empréstimo, vem acontecendo de forma dinâmica nos últimos sessenta anos. Desde 1930, ou mesmo antes, inicia-se, de parte da intelectualidade brasileira, uma busca pelo refinamento cultural, o que se confunde com a ampliação do acesso à cultura europeia. Um fator limitante ao avanço da construção de um pensamento brasileiro tem sido o quadro teórico ainda inspirado em paradigmas europeus e sua razão indolente.

A desconstrução/reconstrução desse paradigma em plano nacional é recente entre nós. No que respeita à Amazônia Brasileira, pode-se dizer que é uma região com a auto-estima ferida, especialmente pelos desastres que tem colhido nos quase duzentos anos da independência, por conta do colonialismo interno. Este tem sido praticado em aliança com forças imperialistas e colonialistas externas. Os ingleses no século XIX, os norte-americanos no século XX, em aliança com o poder econômico e político nacional e contando com a conivência da elite latifundiária local, avançaram sobre as riquezas da Amazônia com maior voracidade do que já o haviam feito os portugueses e espanhóis da época colonial.

Em pelo menos quatro momentos em dois séculos levantou-se a

bandeira da Amazônia para fortalecer o poder central do país e viabilizar os empreendimentos desenvolvimentistas localizados nas regiões Sudeste e Sul. Em meados do Século XIX, a abertura dos rios da Amazônia à navegação estrangeira gerou pouco proveito à própria região, todavia favoreceu o acúmulo de capital necessário à propulsão do progresso do Sudeste e do Sul brasileiros. A borracha da região foi usada como moeda de troca para o desenvolvimento de São Paulo, na Primeira Guerra Mundial, e do Rio de Janeiro, na Segunda Guerra. O governo ditatorial (1964-1985), em associação com interesses estrangeiros, especialmente norte-americanos, promoveu a derrubada da floresta para a implantação de pastos e transformou os incentivos fiscais para empreendimentos locais em benefícios à disposição de investidores de fora da região. A “Associação dos Empresários da Amazônia” tem sua sede em São Paulo e não em Belém ou Manaus.

Hoje, uma grita internacional se levanta contra o desmatamento da Amazônia, o que é correto, todavia sob um prisma inadequado, pois imputa aos residentes na região a responsabilidade pela derrubada da floresta, absolvendo os governos e empresários dos países que financiaram, incentivaram ou pelo menos ajudaram a realizar a destruição. O que é intrigante é que grande parte, talvez a maior parte, das pressões vem desses mesmos países.

Não se pode reduzir toda a história a uma trajetória de derrotas e a decorrente baixa da auto-estima regional. Desde a revolta da Confederação do Rio Negro, a maior confederação ameríndia de toda a Amazônia, liderada por Ajuricaba, no início do século XVIII, até o final do século XX, muitas

foram as rebeliões e lutas populares na Amazônia Brasileira. Bastaria recordar a Cabanagem, no Século XIX, a maior e mais extensa revolução popular do Brasil, que chegou a dominar toda a calha do Rio Amazonas e seus afluentes, desde a Ilha do Marajó até Manaus, numa extensão de mais de dois mil quilômetros. Ocorre que a história é escrita pelos vencedores e nela se destila toda a carga de preconceito contra os povos vencidos. Nestas histórias, os indígenas amazônicos e seus descendentes caboclos são representados como improdutivos, preguiçosos, cheios de vícios e sem qualquer virtude. Elas têm a função ideológica de desarmar o espírito de luta dos povos dominados e, por desconstruir de antemão sua imagem, desarticular as possíveis alianças com povos e setores progressistas em outras partes do país e do Exterior.

A resistência a tais paradigmas e ações tem que ser desenvolvida, e é possível desenvolvê-la. Boaventura Sousa Santos propõe uma sociologia das ausências, que se debruce sobre as partes que não são vistas pela razão indolente e transforme as ausências em presenças (Cf. Santos, 2004). Cabe enfrentar a razão indolente e dominadora, no debate acadêmico e na disputa política, abrindo espaço às alternativas contra-hegemônicas.

A não-existência se produz quando se adjetiva o diferente de ignorante, residual, inferior, local e improdutivo, numa escala comparativa com padrões dominantes, tomados como universais. Afirmar a existência dos excluídos ou ausentes implica em afirmar a positividade dos saberes diversos, dos tempos coetâneos, do direito à diferença, da cultura local e da solidariedade da produção. Constrói-se a emergência do inferiorizado. O ausente se torna presente.

A alternativa à razão indolente, na forma de razão cosmopolita, baseia-se na idéia base de que a justiça social global não é possível sem uma justiça cognitiva global. Todas as culturas são incompletas e podem enriquecer-se pelo diálogo e pelo confronto com outras culturas. Busca-se, com a tradução das práticas sociais, estabelecer inteligibilidade recíproca entre as formas de organização e entre objetivos de ação (Cf. Santos, 2004). Nesse contexto, a razão cosmopolita apresenta-se como razão crítica, ferramenta de contraposição à razão indolente da modernidade.

Pode-se perguntar: Por que emergir? Por que não deixar esquecido quem ali está? Em primeiro lugar, por uma questão de justiça. Emergir sujeitos anônimos é levar a sociedade a pensar. Em segundo lugar, porque isto é útil ao aprimoramento nacional. A força do argumento do outro, até então subsumido no mesmo dominante, pode criar pólos de opinião, dinâmicas do contraditório, capazes de por sob foco aspectos até então ignorados do acervo social, dinamizando a geração de conhecimento e o processo democrático.

A construção de alternativa no Brasil dá-se numa sociedade dominada pelo sentido de conciliação que Gilberto Freyre (2002) define como o homem cordial brasileiro. Paulo Mercadante (1965) entende que essa cordialidade é um sentimento da classe média, representada pela intelectualidade, que com ele rompe somente em momentos de crise. Nestas situações, a classe média brasileira é capaz de apoiar golpes de Estado, ditaduras e regimes autoritários. Nisto, é subsidiada espiritualmente pela corrente majoritária dos intelectuais, que rompe com os seus princípios de valorização da estética das leis (o Belo) para garantir a segurança do sistema

sócio-econômico justificada num discurso moralizante (o Bem). Este pensamento e ação conciliatórios da classe média brasileira é produto dos intensos debates filosóficos que se travam durante o período colonial-imperial e mesmo antes, nos embates entre mercadores e barões feudais em Portugal.

Muniz Sodré (1988) observa a força cultural ativa da territorialização, no plano econômico e social. A metafísica da representação universalista busca entes genéricos, não datados e localizados, mas o humano é datado e localizado. A territorialidade do ente amazônico, o humano da Amazônia, se constitui e reconstitui na forte relação com a natureza, produtora de patrimônio tangível e intangível. A economia e a cultura absorvem a estética das grandes massas d'água e da floresta. Os tempos da ciência e da tecnologia coexistem com os tempos da magia e do mito.

A vida no mundo, como analisa Karel Kosik, não impõe um cotidiano uniforme a todos os humanos. Ao contrário, a diferença de tempo histórico, de geografia e de classe social condiciona cotidianos distintos (Cf. KOSIK, 1963). A isto se agrega o fato de que, numa análise dialética, o sujeito, ao construir sua história, não tem a liberdade de fazer tudo o que quer, de forma absoluta, como alerta Adolfo Sánchez Vázquez *“Só os homens [...] fazem sua própria história, ainda que, como adverte Marx, em determinadas condições”* (Sánchez Vázquez, 1977: 329).

Desta forma, a resistência e a contra-hegemonia na Amazônia Brasileira tomam cor local, fundada no processo histórico havido e em andamento no território regional. Quem propõe a resistência tem que fazê-lo num patamar que conjugue responsabilidade, justiça e solidariedade, na

conceituação que lhes é atribuída por André Comte-Sponville (2003).

Entende-se por responsabilidade a capacidade de poder e dever responder por seus atos. É a contrapartida da liberdade. A responsabilidade liga-se, também, à prudência, no sentido clássico do termo. Se o responsável deve responder pelos seus atos, é condição preliminar que ele aceite as condições sobre as quais age (sabedoria) e examine com exatidão sobre quais aspectos e com quais métodos pode e deve agir (prudência).

A justiça exige uma igualdade que vai além dos objetos trocados, além do mundo dos negócios e das mercadorias, abrangendo os sujeitos da troca. Ao menos no plano do direito, deve existir a suposição de que os indivíduos que trocam ou contratam sejam todos igualmente livres e informados. A admissão da desigualdade formal e a negação formal da liberdade do outro restabeleceriam a barbárie, a troca desigual para além daquela que já é imposta como lei maior do capitalismo, a compra da força de trabalho pelo seu valor de custo e não pela sua capacidade produtiva, origem da mais-valia.

A solidariedade envolve interesses, apoio mútuo. O ato solidário espera reciprocidade. *“Solidário vem do latim, solidus. Num corpo sólido, as diferentes partes são solidárias, no sentido de que não é possível agir sobre uma sem agir também sobre as outras”* (Comte-Sponville, 2003: 565). A solidariedade é, pois, uma coesão interna ou uma dependência recíproca. Isto não quer dizer que a solidariedade seja egoísta e utilitária, uma vez que não há garantia do gesto recíproco, somente a expectativa da sua ocorrência em momento oportuno.

Os resultados da resistência só serão conhecidos no futuro. E o

futuro, como lembra Epicuro, só acontecerá se acontecer, apresenta-se em nossa mente como potência, não constitui qualquer garantia, não se pode nem *“esperá-lo como se estivesse por vir com toda a certeza, nem nos desesperarmos como se não estivesse por vir jamais”* (Epicuro, 1999: 33). Quem propõe a resistência, a contra-hegemonia, corre riscos. Cabe decidir se aceita corrê-los.

No momento atual do Brasil, busca-se estabelecer uma democracia embasada na sociedade e construir um modo de produção e de vida baseados na sustentabilidade natural e social. Pretende-se evitar retrocessos como os vividos no passado, em que os processos democratizantes se esfacelaram, o desenvolvimento igualou-se ao mero progresso econômico, o lento trabalho da natureza liquidava-se em pouco tempo, corroendo o patrimônio da nação em troca de poucos resultados para a nacionalidade e farto butim para a pilhagem internacional.

Neste contexto, a Amazônia Brasileira propõe sua fala à nação, buscando interlocução aos seus anseios e projetos. A geração que chega ao poder vem das lutas das décadas de 1960 a 1990. No estado do Pará, na porção oriental da Amazônia Brasileira, o povo elege em 2006 um Governo Popular embasado na proposta de um novo modelo de desenvolvimento. É um governo de coalizão, capitaneado pelo PT-Partido dos Trabalhadores, alguns partidos de esquerda e outros vistos tradicionalmente como de direita, todavia hoje aceitos como partidos de centro.

O Governo Popular do Pará tem trabalhado com a proposta de fazer emergir os sujeitos do desenvolvimento local, recorrendo à valorização das culturas locais como agentes de mobilização. Neste sentido, a SECULT-

Secretaria Estadual de Cultura vem procurando mobilizar, na capital e no interior, as formas tradicionais de cultura local, através de vários programas vinculados aos seus órgãos e fundações. Ao mesmo tempo, programas de incentivo à leitura e à musicalização vêm sendo desenvolvidos nas diversas regiões do estado.

Tradicionalmente, a ação da SECULT dava-se de forma concentrada na Região Metropolitana de Belém, capital do estado. Procura-se, agora, descentralizar e desconcentrar as ações culturais, fortalecendo cidades pólo em todas as regiões. Num estado marcado fortemente pela floresta, pelos rios e pela vida rural, a raiz cultural está principalmente no interior, a descentralização do investimento público é importante aspecto de uma política cultural que se possa considerar justa para com os produtores da cultura. Outro aspecto a considerar é a mobilização social e a elevação da auto-estima da população, oferecendo base sustentável ao desenvolvimento.

Concomitante ao soerguimento das culturas locais, o Governo Popular estabelece um programa de incentivo ao desenvolvimento tecnológico. O modo de vida e de produção fortemente vinculado à natureza necessita da mais alta tecnologia para que se realize de modo não agressivo, minimizando os impactos sobre o ambiente.

A história da exploração predatória da floresta e dos rios tem-se dado num quadro de agressividade tecnológica trazida por exploradores estranhos à região, às vezes também assumida por parte da elite latifundiária local, seduzida pelo mito do progresso e pelo lucro fácil e rápido. A manutenção da floresta em pé dava-se pela ação do caboclo, descendente de indígenas, embora assimilado pela cultura do branco europeu. O caboclo,

trabalhando com tecnologia rudimentar e praticando o nomadismo em suas atividades agrícolas ou extrativas, contribuía para a contínua regeneração da floresta e o re-povoamento dos rios. A própria elite latifundiária local, em sua maioria, para manter a relação de exploração sobre o caboclo, mantinha a tradicional tecnologia rudimentar, de pequeno impacto.

A razão crítica na porção oriental da Amazônia Brasileira se substancia na formulação de propostas sustentáveis de desenvolvimento, atuantes na promoção das condições de vida da população e no uso pouco impactante dos recursos da natureza. Ao potencializar as atividades produtivas de base florestal, o reforço da agricultura, o artesanato e o agronegócio familiares, deve incentivar a pesquisa científica por tecnologias altamente sofisticadas como meio de preservação do acervo natural. Ao contrário de épocas ainda recentes, em que o uso intensivo de tecnologia se fazia com agressão ao ambiente, agora esse uso deverá contribuir para a sua sustentação.

A participação popular nos mecanismos de governo tem sido incentivada através de diversos fóruns setoriais, especializados. Mas, a participação é também promovida através do chamamento a toda a população para participar do planejamento das atividades e priorização dos investimentos.

O mecanismo criado em 2007 com essa finalidade denomina-se “PTP-Planejamento Territorial Participativo” (Fontes, 2008) e consiste de uma sucessão de reuniões populares em cada município, depois em cada região, depois num Conselho Estadual, definindo as prioridades para a construção do Plano Plurianual de Governo (período de 3 anos). Este

mecanismo permite capilarizar as demandas populares nos municípios e regiões até os níveis de assessoramento técnico do governo. Essas demandas, após o crivo técnico, retornam como proposta consolidada para referendo no Conselho. Somente após essa tramitação segue o projeto de lei para discussão e votação na Assembléia Legislativa.

A institucionalização dos direitos da população tem sido trabalhada no programa lançado em 2008, intitulado "Pará, Terra dos Direitos" (Pará, 2008b). O governo pretende contrapor-se à realidade detectada: "*O Pará é conhecido, lá fora, como uma terra sem lei, uma terra de impunidade, uma terra sem justiça social*" (Pará, 2008b: 1). O programa quer afirmar que o Pará é agora uma terra onde se cumpre a lei. Mas tem a finalidade também de estender direitos à população, em especial políticas públicas até então sonegadas: "*Os compromissos maiores do Governo Popular são com a promoção da qualidade de vida de todas e todos, com a construção de uma gestão pública democrática e descentralizada e com a implementação de processos de inovação*" (Pará, 2008b: 1). Tais direitos vão desde o fornecimento de documentação aos cidadãos que não a possuem, passando pelo incentivo à formação profissional da juventude, até a melhoria dos serviços de saúde, assistência técnica, educação e cultura, regularização fundiária, estrutura viária, transporte e habitação popular.

O incentivo à produção está sendo realizado de forma combinada com o fomento à economia solidária, através de convênios com movimentos sociais e entidades representativas. A matriz do desenvolvimento industrial busca a sustentabilidade, com o fortalecimento da economia local, dos setores estratégicos e cadeias produtivas selecionadas, e das cidades

médias do interior, bem como estimular ciência, tecnologia e inovação, preservar o meio ambiente, fortalecer o capital social e formar capital humano. Na Região Metropolitana de Belém, pretende-se ainda fomentar as empresas de base tecnológica e de turismo (Pará, 2007: 26).

As linhas estruturantes do investimento público estabelecem uma linha estratégica até o ano de 2014. Combinam-se o incentivo à produção e a construção de infra-estrutura com a geração de empregos no setor de serviços. Tal política de fomento considera a linha de tempo correspondente a dois planos plurianuais pontuada por eventos significativos, exigentes de investimento. Entre esses eventos, listam-se a realização do Fórum Social Mundial 2009 em Belém e a disputa da capital do Pará como sub-sede Norte da Copa do Mundo de 2014.

Focado diretamente na sustentabilidade, o programa "Um Bilhão de Árvores para a Amazônia", lançado em 2008, é voltado à reconstituição de parte da floresta derrubada no passado. (Pará, 2008a: 7). O programa pretende combinar geração de emprego e renda com o combate ao desmatamento. Metade do objetivo numérico do programa deverá ser alcançado pelo projeto "Campo Cidadão", que pretende mobilizar 120 mil agricultores familiares. *"Cada produtor será estimulado a plantar 1 hectare por ano até o limite de quatro hectares"* (Pará, 2008a: 7). Embora produtores médios e grandes possam ser incentivados, como atrativo para a legalização dos seus empreendimentos, utilização de manejo florestal adequado e geração de empregos, o foco do programa é a agricultura familiar, as comunidades tradicionais e os povos indígenas, exatamente aqueles que no passado menos impactaram a floresta.

Estas ações do Governo Popular do Pará constituem a proposta de materialização da razão crítica voltada à sustentabilidade. A crítica da razão indolente está constituída como idéia e em processo de realização. Os desafios são imensos, o passivo social e ambiental contabiliza-se em dimensões amazônicas. Programas, projetos e ações são postos em andamento e para tal alocam-se os recursos. O tempo dirá da sua eficiência e eficácia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COMTE-SPONVILLE, André (2003): Dicionário filosófico. São Paulo: Martins Fontes.

CORBISIER, Roland (1978): Autobiografia filosófica: das ideologias à teoria da práxis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

____ (1975): Filosofia política e liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

EPICURO (1999): Carta sobre a felicidade (a Meneceu). 1. ed. 1ª reimpressão. São Paulo: FEU.

FIORI, Ernani Maria (1991): Textos escolhidos: v. II: Educação e Política. Porto Alegre: L&PM.

FONTES, Edilza Joana Oliveira (2008): Imagens do Planejamento Territorial Participativo. Belém: Paka-Tatu.

FREYRE, Gilberto (2002): Casa-Grande & Senzala. 30 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record.

HABERMAS, Jürgen (2002): A inclusão do outro: estudos de teoria política. São Paulo: Loyola.

KOSIK, Karel (1976): *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

MERCADANTE, Paulo (1965): *A consciência conservadora no Brasil*. Rio de Janeiro: Saga.

PARÁ. Secretaria de Comunicação (2008a): *“Estado do Pará planta 1 bilhão de árvores”*. Em: *Notícias do Governo Popular*, 0: I, 7.

____. Secretaria de Comunicação (2008b): *Pará, Terra de Direitos*. Governo Popular constrói um novo modelo de desenvolvimento. Belém: Secom.

____. Governo do Estado (2007): *Política de fomento ao desenvolvimento sustentável – concepções para debate*. Fundo de Desenvolvimento Industrial Sustentável. Belém, Governo do Estado do Pará.

RÜSEN, Jörn (2007): *História viva: teoria da história III: formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: Ed. UnB.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo (1977) : *Filosofia da praxis*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra.

SANTOS, Boaventura Sousa (2004): *Conhecimento prudente para uma vida decente: Um discurso sobre as ciências revisitado*. São Paulo: Cortez.

SODRÉ, Muniz (1988): *O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira*. Petrópolis: Vozes.